

ATAS

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026., DA 39ª CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2026, às 19 horas, na Sala das Sessões Presidente Tancredo Neves, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, MG, sob a presidência do vereador Lisandro José Monteiro, Vice-Presidente a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, 2º Vice-Presidente o vereador Juliano Carlos Reis, Secretário o vereador Luiz Benedito de Paula, 2º Secretário o vereador Marcos Antônio Vitorino, com a presença dos ilustres vereadores: Antônio César Picirilo, Daiane Jesus de Oliveira Andrade, Juliano Carlos Reis, Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, Marcos Antônio Vitorino, Paulo César de Souza e Tomás Salviano Martins, realizou-se esta Reunião Ordinária do Poder Legislativo Municipal. Foi convidado a desfraldar o pavilhão nacional o vereador Antônio Vitorino. Havendo número regimental, o presidente declarou aberta a sessão e convidou o vereador Lisandro José Monteiro para desfraldar o Pavilhão Nacional. **CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Foi dada leitura às seguintes correspondências: ofício nº 009/Ver.TSM/2026, de autoria do vereador Tomás Salviano Martins, solicitando a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5863, que denomina o Centro Municipal de Educação Infantil em construção no Bairro Veneza de “Centro Municipal de Educação Infantil Professora Juliana Correa Lovo”; ofício nº 008/Ver.TSM/2026, também de autoria do vereador Tomás Salviano Martins, solicitando a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5862, que denomina o centro municipal de pediatria em construção na Rua Geraldo Marcolini, no antigo pronto socorro, de “Centro Municipal de Pediatria Enfermeira Beatriz Fideliz Marques”; convite encaminhado pela Paróquia Nossa Senhora da Abadia para a Solenidade de Corpus Christi, a ser realizada no dia 04 de junho de 2026, às 08h00, com missa na Quadra Poliesportiva do Colégio Santa Paula Frassinetti e posterior procissão até a Igreja Nossa Senhora da Abadia; ofício nº 02/2026, do PROCON Municipal de São Sebastião do Paraíso, encaminhando resposta ao Ofício nº 178/Pres.LJM/2026, referente à atuação da empresa IGreen Energy no município e às abordagens realizadas a consumidores; manifestação popular encaminhada por produtor rural do município, relatando a situação de abandono das estradas rurais e solicitando providências, esclarecimentos sobre orçamento, manutenção e cronograma de obras nas comunidades rurais; defesa escrita apresentada por Rêmolo Aloise, ex-prefeito municipal, referente à Prestação de Contas do Exercício de 2015 – Processo nº 988169, em face do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; ofício nº 11816/2026 – TJMG/SUPAD/JUIZ AUX.PRES-DENGEP, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em resposta ao OF.0057/2026, informando que a destinação do prédio objeto da solicitação encontra-se em estudo para eventual uso compartilhado; e-mail encaminhado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macro Região do Sul de Minas – CISSUL/SAMU, convidando para as cerimônias de inauguração das novas bases descentralizadas do SAMU nos municípios de Campestre, Areado e Ibiraci; ofício nº 116/2026, da Secretaria Municipal de Saúde, convidando os membros desta Casa Legislativa para participação no

Seminário de Vigilância Sanitária em Odontologia, a ser realizado nos dias 01 e 02 de junho de 2026, no Teatro ACISSP; ofício Gabinete do Prefeito nº 422/2026, encaminhando solicitação de agendamento de audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2026, bem como prestação de contas da saúde; e ofício nº 161/2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Agropecuário, convidando para participação e divulgação do evento “Trekking dos Ipês 2026”, a ser realizado no dia 13 de junho de 2026. **INDICAÇÕES:** SEM INDICAÇÕES **ORDEM DO DIA: NOVOS PROJETOS:** PROJETO DE LEI Nº 5860, de autoria do Ver. Juliano Carlos Reis, “altera e inclui dispositivos na Lei Municipal nº 4.778/21, a fim de ampliar a disciplina sobre conservação e limpeza de terrenos no Município de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências”. O projeto tem por finalidade aperfeiçoar a legislação municipal de conservação e limpeza de terrenos urbanos, tornando sua aplicação mais justa, eficiente, objetiva e compatível com as situações concretas enfrentadas diariamente pela população e pela fiscalização municipal. Durante a explanação da matéria, o Vereador Juliano Carlos Reis (Biju) apresentou imagens e vídeos demonstrando terrenos e imóveis abandonados em diversos bairros do Município, relatando problemas relacionados à proliferação de ratos, animais peçonhentos, focos de dengue, insegurança sanitária e dificuldades enfrentadas pela Vigilância Sanitária para aplicação da legislação vigente. O vereador destacou a necessidade de atualização da norma quanto às notificações, responsabilização de herdeiros e inventariantes, tratamento de imóveis abandonados, definição de critérios para hortas e cultivos organizados, além da revisão das regras de reincidência e autuação administrativa. Durante a discussão, o Vereador Paulo César de Souza manifestou apoio à proposta, defendendo maior rigor na fiscalização de terrenos sujos e imóveis abandonados, ressaltando os prejuízos causados à vizinhança e sugerindo mutirões preventivos nos bairros do Município. Colocado em votação em plenário quanto à deliberação, foi aprovado, sendo encaminhado às Comissões de Finanças, Justiça e Legislação e Turismo e Meio Ambiente. PROJETO DE LEI Nº 5867, de autoria do Ver. Paulo César de Souza, “denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua José Aureliano Santos Coimbra”. Colocado em votação em plenário quanto à deliberação, foi aprovado, sendo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. **PARECER DAS COMISSÕES:** PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1283, de autoria do Ver. Lisandro José Monteiro, “altera o artigo 42-A da Resolução nº 538, de 25 de junho de 2004, que dispõe sobre o plano de cargos e carreiras dos servidores da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, e dá outras providências”. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Colocado em votação em plenário, o parecer foi aprovado, ficando o projeto em pauta para primeira votação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1284, de autoria do Ver. Roney Waldemar de Oliveira Vilaça, “outorga o título de cidadão honorário paraense ao Senhor Ricardo Grillo Cordeiro”. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Colocado em votação em plenário, o parecer foi aprovado. Pela ordem, a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos solicitou dispensa de interstício para realização da primeira votação do Projeto de Resolução nº 1284, sendo o pedido aprovado. Colocado em primeira votação, o projeto foi aprovado, sendo encaminhado à promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1285, de autoria da Verª Daiane Jesus de Oliveira Andrade, “outorga o título de cidadão honorário paraense ao Bel. João Paulo Vitor Mantuani”. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Colocado em votação em plenário, o parecer foi aprovado. Pela ordem, a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos solicitou dispensa de interstício para realização da primeira votação do Projeto de Resolução nº 1285, sendo o pedido aprovado. Colocado em primeira votação, o projeto foi aprovado, sendo encaminhado à promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1286, de autoria do Ver. Antônio César Picirilo, “outorga o título de cidadã honorária paraense à Senhora Vera Lúcia de Souza Neto”. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Colocado em votação em plenário, o parecer foi aprovado. Pela ordem, a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos solicitou dispensa de interstício para realização da primeira votação do Projeto de Resolução nº 1286, sendo o pedido aprovado. Colocado em primeira votação, o projeto foi aprovado, sendo encaminhado à promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1287, de autoria do Ver. Antônio César Picirilo, “outorga o título de cidadã honorária paraense à Senhora

Karla Cristina de Souza Pereira”. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Colocado em votação em plenário, o parecer foi aprovado. Pela ordem, a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos solicitou dispensa de interstício para realização da primeira votação do Projeto de Resolução nº 1287, sendo o pedido aprovado. Colocado em primeira votação, o projeto foi aprovado, sendo encaminhado à promulgação. PROJETO DE LEI Nº 5855, de autoria do Ver. Marcos Antônio Vitorino, “denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua Antônio de Sousa Lemos”. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Colocado em votação em plenário, o parecer foi aprovado. Pela ordem, o Vereador Juliano Carlos Reis solicitou dispensa de interstício para realização da primeira votação, sendo o pedido aprovado. Colocado em primeira votação, o projeto foi aprovado, sendo encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5856, de autoria da Verª Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, “dispõe sobre o ressarcimento, pelo agressor, dos custos de atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar no Município de São Sebastião do Paraíso”. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Durante a apreciação da matéria, pela ordem, a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos solicitou vista do Projeto de Lei nº 5856. O pedido de vista foi concedido pela Presidência, ficando o projeto com vista para a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos. PROJETO DE LEI Nº 5859, de autoria do Ver. Juliano Carlos Reis, “institui, no Município de São Sebastião do Paraíso, a Política Municipal de Proteção aos Cães Comunitários ‘Lei Cão Doidão’, revoga a Lei Municipal nº 4.792, de 31 de agosto de 2021, e dá outras providências”. As Comissões de Finanças, Justiça e Legislação e Defesa de Direitos dos Animais emitiram pareceres favoráveis. Colocados em votação em plenário, os pareceres foram aprovados, ficando o projeto em pauta para primeira votação. **PRIMEIRA VOTAÇÃO:** PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1281, de autoria do Ver. Roney Waldemar de Oliveira Vilaça, “concede o título de cidadão benemérito paraense ao Cabo BM Guilherme de Faria Tassin”. Colocado em primeira votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1282, de autoria do Ver. Marcos Antônio Vitorino, “outorga o título de cidadão honorário paraense ao PRF João Eustáquio Ramos”. Colocado em primeira votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à promulgação. **SEGUNDA VOTAÇÃO:** PROJETO DE LEI Nº 5845, de autoria do Ver. Juliano Carlos Reis, “institui o programa de fiscalização colaborativa do descarte irregular de resíduos no Município de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências”. Colocado em segunda votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5850, de autoria do Ver. Marcos Antônio Vitorino, “dispõe sobre o incentivo à adoção de animais provenientes do Centro de Acolhimento e Bem-Estar Animal em eventos esportivos promovidos pelo Município de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências”. Colocado em segunda votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5851, de autoria do Ver. Marcos Antônio Vitorino, “altera a Lei nº 5.040/23 para incluir dispositivo que tipifica como maus-tratos a manutenção de cães e gatos desacompanhados por período prolongado, em condições que comprometam seu bem-estar, e dá outras providências”. Colocado em segunda votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à sanção. **GRANDE EXPEDIENTE:** Pela ordem, fez uso da palavra a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, que iniciou sua manifestação cumprimentando os nobres pares, os presentes no plenário e os cidadãos que acompanhavam a sessão de suas residências. Na sequência, solicitou, em nome da Câmara Municipal, moção de parabenização ao atleta paraense José Donizete dos Santos, conhecido popularmente como “Zete das Laranjas”, destacado representante do ciclismo de São Sebastião do Paraíso. A vereadora ressaltou a importante conquista obtida pelo atleta na Copa Ciclística de Minas Gerais, realizada na cidade de Patos de Minas, destacando que o resultado alcançado demonstra talento, dedicação, disciplina e esforço contínuo do esportista. Acrescentou que José Donizete vem se destacando em diversas competições relevantes, levando com orgulho o nome de São Sebastião do Paraíso em eventos esportivos regionais e estaduais. A parlamentar informou ainda que o atleta atualmente ocupa a liderança da Copa Liga MTB Mountain Bike e também da Copa Pedal Mineiro, demonstrando regularidade e elevado desempenho nas competições de ciclismo. Destacou também a participação do esportista na exigente prova de estrada denominada “Giro da Itália”, realizada em Campos

do Jordão, enfrentando percurso aproximado de 90 quilômetros com mais de 2.000 metros de altimetria acumulada, oportunidade em que conquistou expressiva oitava colocação entre atletas renomados da modalidade. Maria Aparecida Cerize Ramos destacou as dificuldades enfrentadas pelos atletas para manter rotina de treinamentos, deslocamentos e participação em competições, especialmente diante dos altos custos envolvidos no esporte. Por essa razão, defendeu ser justo e necessário que a Câmara Municipal reconheça publicamente o empenho e dedicação daqueles que representam São Sebastião do Paraíso através do esporte. Na sequência, a vereadora solicitou o encaminhamento de ofício, em nome da Casa Legislativa, requerendo o recapeamento da Rua João Félix, localizada atrás da empresa Construai. Informou que todas as demais vias adjacentes já receberam serviços de recapeamento, permanecendo apenas aquela rua sem manutenção adequada. Ressaltou que a demanda já havia sido apresentada anteriormente, mas fez questão de reforçar novamente o pedido diante das reclamações dos moradores da região. A parlamentar também solicitou recapeamento da Rua Lourenço Colósio, localizada na Vila Helena, afirmando que a via se encontra bastante danificada e tomada por buracos, causando transtornos à população e aos motoristas que utilizam o local diariamente. Diante disso, pediu que o Executivo Municipal providencie a recuperação asfáltica das duas vias mencionadas. Prosseguindo, a vereadora solicitou ainda encaminhamento de ofício à concessionária EPR Vias do Café, reforçando cobrança anteriormente realizada pela Câmara Municipal em relação à instalação de placas de sinalização alertando sobre a presença de ciclistas na rodovia MG-491, especialmente no sentido Monte Santo de Minas. Recordou que representantes da concessionária estiveram reunidos na Câmara Municipal juntamente com ciclistas do município e assumiram compromisso de instalar a sinalização no prazo aproximado de 60 a 90 dias. A vereadora mencionou especificamente o Ofício nº 065/2025, datado de 18 de novembro de 2025, através do qual a Câmara Municipal formalizou o pedido de instalação das placas de advertência destinadas à proteção dos ciclistas que utilizam a rodovia. Contudo, ressaltou que, apesar do compromisso assumido pela concessionária, as placas ainda não haviam sido instaladas até a presente data. Diante disso, Maria Aparecida Cerize Ramos solicitou novo reforço junto à EPR Vias do Café para que a concessionária cumpra efetivamente aquilo que foi prometido durante reunião realizada na Câmara Municipal, destacando a importância da sinalização para garantir maior segurança aos ciclistas que utilizam diariamente a rodovia MG-491. Encerrando sua manifestação, desejou ótima semana a todos. Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Tomás Martins, que inicialmente apresentou explicações acerca da retirada de pauta de projeto de sua autoria relacionado à denominação da unidade de pediatria que atualmente se encontra em obras no município. O parlamentar esclareceu que havia proposto atribuir à unidade o nome da enfermeira Dona Beatriz, porém posteriormente foi constatado que já existe no bairro Belvedere IV uma rua oficialmente denominada com o nome da homenageada. Informou que nem ele nem os familiares tinham conhecimento prévio dessa homenagem já existente, razão pela qual optou pela retirada do projeto. O vereador explicou ainda que a denominação da rua foi realizada anteriormente através de projeto apresentado pelo então vereador Vinicinho, aprovado no ano de 2020. Diante da impossibilidade legal de repetição da homenagem em outro bem público municipal, informou que decidiu retirar formalmente o projeto da pauta, registrando publicamente a justificativa para que não houvesse interpretações equivocadas acerca da retirada da proposta. Durante sua fala, a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos solicitou aparte e informou que, diante da impossibilidade de utilização do nome da enfermeira Dona Beatriz na unidade de pediatria, vinha conversando com alguns vereadores sobre a possibilidade de apresentação de novo projeto para homenagear o técnico de enfermagem conhecido como “Seu Ditinho”. A vereadora destacou que o profissional possui longa trajetória de serviços prestados na área da saúde em São Sebastião do Paraíso, tendo atuado durante muitos anos no atendimento à população. A parlamentar afirmou que seria uma justa homenagem eternizar o nome do técnico de enfermagem em espaço ligado à área da saúde, ressaltando sua importância histórica e humana para o município. Ao final do aparte, agradeceu ao vereador Tomás Martins pela abertura ao diálogo e manifestou expectativa de contar com apoio dos demais vereadores para futura tramitação do projeto. Na sequência, Tomás Martins retomou a

palavra e aproveitou a oportunidade para convidar oficialmente o vereador Roney Vilaça, presidente da Comissão de Esportes da Câmara Municipal, bem como a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, para reunião que seria realizada na quarta-feira seguinte, às 19 horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal. Explicou que o encontro, inicialmente previsto para a semana anterior, precisou ser adiado em razão do falecimento de André, oportunidade em que aproveitou para novamente manifestar solidariedade à família enlutada. O vereador informou que a reunião teria como principal objetivo discutir alterações na Lei Municipal de Auxílio ao Esporte, legislação que, segundo afirmou, já se encontra defasada tanto nos valores disponibilizados quanto em determinados dispositivos legais. Explicou que a intenção é ouvir atletas, representantes esportivos e demais interessados para posteriormente apresentar ao Executivo Municipal sugestões de atualização da legislação, visando ampliar o acesso dos atletas ao benefício. Segundo Tomás Martins, após a reunião seriam elaboradas propostas concretas de alteração legislativa, que posteriormente seriam apresentadas ao Executivo Municipal e debatidas pela Comissão de Esportes antes do envio oficial à Prefeitura. Ressaltou que o objetivo central é facilitar o acesso dos atletas ao auxílio financeiro necessário para participação em competições regionais, nacionais e até internacionais, conforme já previsto na legislação municipal vigente. Na sequência, o vereador Roney Vilaça solicitou aparte e informou que já havia participado anteriormente de discussões semelhantes envolvendo representantes esportivos e a Secretaria Municipal de Esportes. Relatou que teve oportunidade de ouvir tanto os atletas quanto os responsáveis pela gestão da secretaria, buscando compreender as dificuldades enfrentadas por ambas as partes. O parlamentar afirmou que muitos atletas reivindicam desburocratização no acesso ao auxílio esportivo, especialmente em razão dos prazos atualmente exigidos para solicitação dos recursos. Contudo, explicou que a Secretaria Municipal de Esportes também apontou preocupações relacionadas à segurança jurídica da administração pública, especialmente quanto à prestação de contas e aos trâmites exigidos pelo Tribunal de Contas. Roney Vilaça relatou que, segundo informações recebidas da administração, algumas cidades utilizadas como exemplo por atletas possuem modelos de concessão de auxílio que podem expor gestores públicos a riscos futuros de responsabilização perante órgãos de controle. Ainda assim, afirmou que a administração municipal deve permanecer aberta ao diálogo e ao recebimento de novas sugestões que possam aperfeiçoar a política pública sem comprometer a legalidade dos procedimentos. O vereador informou que possivelmente não conseguiria participar da reunião em razão de compromisso profissional relacionado a plantão policial previamente agendado, embora afirmasse que tentaria reorganizar sua agenda para comparecer. Acrescentou que, caso não conseguisse estar presente, confiava plenamente na condução dos debates pelo vereador Tomás Martins e posteriormente participaria das discussões junto à Comissão de Esportes. Em seguida, Maria Aparecida Cerize Ramos também solicitou aparte, informando que igualmente possuía compromisso previamente agendado para o mesmo horário da reunião, mas que tentaria reorganizar sua agenda. Ressaltou ainda que sua assessora, Tatiana, acompanha de perto as pautas relacionadas ao esporte municipal e possivelmente estaria presente representando seu gabinete. Acrescentou que a intenção é reunir propostas e reivindicações apresentadas pelos próprios atletas para posteriormente levá-las ao Executivo Municipal. Retomando novamente a palavra, Tomás Martins afirmou que o principal objetivo da reunião é justamente reunir ideias em comum, analisar sugestões divergentes e buscar soluções viáveis para modernização da legislação esportiva municipal. Informou que já havia conversado previamente com o secretário municipal de Esportes, que demonstrou receptividade às alterações sugeridas. Acrescentou também ter tratado do tema diretamente com o prefeito Marcelo de Moraes, que teria orientado alinhamento prévio das propostas junto à secretaria antes da formalização das alterações legislativas. O vereador destacou que a principal reclamação atualmente apresentada pelos atletas diz respeito ao prazo necessário para solicitação do recurso, que atualmente varia entre 45 e 90 dias de antecedência da competição. Segundo afirmou, embora atletas de alto rendimento normalmente possuam calendário anual previamente definido, existem situações específicas em que convocações ou oportunidades esportivas surgem em prazo menor, dificultando o acesso ao benefício. Tomás Martins explicou que a intenção não é eliminar os controles

administrativos necessários, mas buscar mecanismos que permitam flexibilização razoável em determinadas situações específicas, desde que preservada a legalidade e a organização da Secretaria Municipal de Esportes. Ressaltou que posteriormente todas as propostas serão analisadas pela Comissão de Esportes da Câmara antes de eventual encaminhamento oficial ao Executivo Municipal. Na sequência, Roney Vilaça voltou a solicitar aparte e aprofundou as explicações relacionadas à burocracia existente atualmente no processo de concessão do auxílio esportivo. Informou que a Secretaria de Esportes explicou que a documentação apresentada pelos atletas precisa passar por criteriosa análise administrativa, incluindo conferência documental, ajustes eventualmente necessários, tramitação junto ao setor financeiro da Prefeitura e posterior prestação de contas. O vereador afirmou que, segundo os responsáveis pela administração, a atual estrutura funcional da secretaria é bastante enxuta, o que dificulta redução drástica dos prazos atualmente praticados. Explicou que o trâmite administrativo envolve diversos setores internos e exige tempo hábil para processamento adequado dos pagamentos e análises de prestação de contas. Ainda assim, reforçou que a administração pública deve permanecer aberta a sugestões e alternativas capazes de tornar o sistema mais eficiente para os atletas. Retomando a palavra pela última vez, Tomás Martins afirmou que uma das soluções sugeridas pela própria Secretaria de Esportes seria o reforço da equipe administrativa mediante designação de um ou dois novos servidores para auxiliar nos procedimentos burocráticos relacionados aos auxílios esportivos. Explicou que a intenção seria reduzir parcialmente os prazos atuais para algo entre 15 e 30 dias, o que já representaria importante avanço para os atletas do município. Encerrando sua manifestação, o vereador apresentou ainda proposta de revitalização da antiga cabine telefônica existente na praça central do município. Relatou que atualmente o local se encontra bastante degradado, com pichações, forte odor de urina, descarte de seringas e utilização inadequada por usuários de drogas. Explicou que, por se tratar de estrutura tombada pelo patrimônio municipal, a cabine não pode ser demolida. Diante disso, sugeriu transformar o espaço em uma “Cabine do Livro”, inspirada em projetos semelhantes existentes em diversas cidades brasileiras. Informou já possuir inclusive parceiros interessados em colaborar com a adaptação do espaço, mediante instalação de prateleiras, disponibilização de livros, revistas e jornais para leitura pública, através do modelo “pegue, leia e compartilhe”. Segundo o vereador, além de revitalizar visualmente o local, o projeto contribuiria para incentivo à leitura e utilização positiva daquele espaço público pela população. Pela ordem, fez uso da palavra a vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade, que inicialmente lamentou profundamente o falecimento do Guarda Civil Municipal André Fernandes, ocorrido na última quinta-feira. A parlamentar informou que acompanhou mais de perto a situação nos últimos tempos, não apenas em razão de sua atuação profissional como advogada, mas também pela convivência junto aos servidores da Guarda Municipal. Destacou que a perda causou grande comoção entre os colegas da corporação, ressaltando que, em curto espaço de tempo, a Guarda Municipal vem enfrentando sucessivas perdas de companheiros de trabalho. A vereadora solicitou então encaminhamento de moção de pesar à família de André Fernandes, manifestando solidariedade não apenas aos familiares, mas também aos colegas de trabalho da Guarda Municipal. Relatou ter encontrado ainda naquele dia um dos guardas municipais profundamente emocionado e consternado com o ocorrido, destacando que André deixará grande vazio entre os companheiros da corporação. Na sequência, mudando de assunto, Daiane Jesus de Oliveira Andrade apresentou moção de parabenização aos servidores da Câmara Municipal e aos organizadores do III Festival da Cidadania do Parlamento Jovem, realizado na quarta-feira anterior. Destacou especialmente o trabalho desenvolvido pelo presidente da Câmara, bem como pelos servidores Jean e Sônia, ressaltando a excelente organização do evento, que contou com participação de dezenove municípios. A parlamentar afirmou que nunca havia participado de evento dessa magnitude relacionado ao Parlamento Jovem e destacou a emoção de acompanhar a chegada de inúmeros ônibus trazendo jovens estudantes de diversas cidades da região. Ressaltou que momentos como aquele despertam esperança, espírito de participação política e formação cidadã entre os jovens, contribuindo inclusive para desenvolvimento acadêmico e social dos participantes. Prosseguindo, Daiane Jesus de Oliveira Andrade voltou a cobrar do Poder Executivo o envio

do projeto de lei referente à criação do Conselho Municipal de Segurança Pública e do Gabinete de Gestão Integrada. Informou que ela própria, juntamente com o vereador Roney Valdemar de Oliveira Vilaça, já havia apresentado anteriormente indicação solicitando a implantação dessas estruturas no município. A vereadora alertou que o prazo para cadastramento junto à SENASP — Secretaria Nacional de Segurança Pública — se aproxima, provavelmente no mês de julho, e ressaltou que o município precisa estar devidamente regularizado para ter acesso a recursos, programas de aperfeiçoamento e demais benefícios voltados à segurança pública municipal. Daiane Jesus de Oliveira Andrade enfatizou a importância da valorização da Guarda Municipal, afirmando que, embora muitas vezes o Estado não ofereça suporte suficiente às forças de segurança, a Guarda Municipal representa instituição própria do município e precisa ser fortalecida. Destacou que o Conselho Municipal de Segurança Pública permitiria acesso a cursos de aperfeiçoamento, programas de capacitação e inclusive bolsas destinadas aos guardas municipais, sem necessariamente gerar custos financeiros significativos ao município. A parlamentar lembrou ainda que recentemente foi destinado ao município recurso no valor de R\$ 199.000,00, obtido através de solicitação do gabinete ao deputado Lafayette de Andrada, destinado à aquisição de viatura equipada com cofre para a Guarda Municipal. Contudo, ressaltou que ainda existem demandas básicas pendentes, como aquisição de HTs — rádios comunicadores — indispensáveis para atuação operacional dos agentes. Criticou a dependência exclusiva de telefones celulares, mencionando inclusive falhas de sinal da operadora Vivo em diversos pontos da cidade. A vereadora afirmou que em ocorrências envolvendo risco de vida os agentes precisam contar com equipamentos adequados de comunicação e segurança. Reforçou novamente o pedido para que o Executivo agilize a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública, destacando que se trata de medida sem impacto financeiro significativo, mas de extrema relevância institucional para fortalecimento da segurança municipal. Em seguida, Daiane Jesus de Oliveira Andrade passou a tratar da situação da iluminação pública, sinalização viária e poda de vegetação na estrada que liga a região da Noca ao Condomínio Cachoeira. Segundo relatou, após a pavimentação asfáltica da via houve aumento significativo da velocidade praticada pelos motoristas, elevando os riscos de acidentes. A vereadora destacou a necessidade urgente de instalação de sinalização adequada, melhorias na iluminação e realização de poda do mato existente às margens da estrada. A parlamentar informou que já ocorreram pelo menos dois acidentes gravíssimos na região em curto espaço de tempo, incluindo acidentes envolvendo motociclistas, crianças e moradores locais. Destacou ainda a existência de trecho próximo à ponte em que a vegetação impede completamente a visibilidade dos condutores. Diante disso, solicitou encaminhamento de ofícios à Secretaria de Obras e à Secretaria Municipal de Segurança Pública para adoção imediata de providências. Daiane Jesus de Oliveira Andrade ressaltou que o local possui intensa circulação de pessoas, incluindo moradores do Condomínio Cachoeira, usuários de charretes, turistas que frequentam hotel localizado na região e demais moradores das chácaras próximas. Relatou ainda que um dos acidentes graves ocorridos recentemente envolveu jovem que, segundo informações recebidas, permanecia em estado grave. Na sequência, a vereadora abordou o retorno das castrações de animais promovidas pelo município. Informou que o serviço vinha interrompido desde o ano anterior, tendo ocorrido apenas ação pontual do Castramóvel no mês de fevereiro. Destacou que uma das clínicas parceiras já havia sido contratada e que os agendamentos devem retornar nas próximas semanas. Aproveitou então para fazer apelo à população para que realize os cadastros e participe dos programas gratuitos de castração disponibilizados pelo município. Daiane Jesus de Oliveira Andrade afirmou que a única forma efetiva de controle populacional de cães e gatos é através da castração. Ressaltou que abrigos, canil municipal, casas de protetores e ONGs encontram-se completamente lotados e sem condições de absorver novos animais abandonados. Criticou o abandono irresponsável de animais e destacou que diariamente surgem novas ninhadas e novos casos de abandono em diversos bairros e áreas rurais do município. A vereadora relatou o desgaste físico e emocional enfrentado pelos protetores de animais, afirmando que frequentemente recebem mensagens cobrando providências imediatas para resgate de cães e gatos abandonados. Disse ainda que muitos protetores acabam adoecendo emocionalmente diante da

sobrecarga e da sensação constante de impotência perante o elevado número de casos. Durante sua fala, o vereador Marcos Antônio Vitorino solicitou aparte e afirmou que, ao ouvir o pronunciamento da vereadora, passou a refletir sobre a quantidade de castrações realizadas nos últimos anos através de mutirões organizados por protetores, ONGs e pelo município. Citou nominalmente o trabalho desenvolvido por Daiane Jesus de Oliveira Andrade, Juliano Carlos Reis e diversos outros protetores independentes, ressaltando que provavelmente já foram realizadas mais de sete mil castrações em São Sebastião do Paraíso. O vereador Marcos Antônio Vitorino afirmou que, caso esses mutirões não tivessem ocorrido ao longo dos anos, a situação de abandono animal no município estaria ainda mais grave. Ressaltou que mesmo com campanhas permanentes de castração, mutirões e parcerias promovidas pela Prefeitura Municipal, a demanda continua crescendo diariamente em razão da irresponsabilidade de muitos tutores. Marcos Antônio Vitorino destacou ainda o desgaste emocional sofrido pelos protetores de animais, afirmando que muitos desenvolvem verdadeira “síndrome do super-herói”, tentando salvar todos os animais abandonados e adoecendo psicologicamente ao perceberem que não conseguem atender todas as demandas recebidas. Ressaltou que, muitas vezes, os próprios protetores acabam necessitando de ajuda emocional e apoio da sociedade. Retomando a palavra, Daiane Jesus de Oliveira Andrade confirmou o elevado desgaste enfrentado pelos protetores e relatou diversos episódios pessoais envolvendo resgate de animais abandonados, inclusive situações em que precisou sair de madrugada para atender ocorrências envolvendo filhotes deixados em estradas rurais e regiões afastadas. Relatou ainda casos de adoções frustradas, devoluções de animais e cobranças constantes direcionadas aos protetores, mesmo quando estes já se encontram completamente sobrecarregados financeiramente e emocionalmente. A vereadora reforçou que clínicas veterinárias, medicações e tratamentos possuem custos elevados e que ONGs e protetores independentes não possuem obrigação financeira ilimitada para assumir responsabilidades decorrentes da omissão dos tutores. Defendeu novamente que a solução principal está na conscientização da população e na castração gratuita disponibilizada pelo município. Encerrando sua manifestação, Daiane Jesus de Oliveira Andrade afirmou que castrar um animal é ato de responsabilidade e amor, ressaltando que ninguém é obrigado a adotar animais, mas que, a partir do momento em que um tutor assume a guarda de um cão ou gato, passa a ser integralmente responsável pelos cuidados necessários, inclusive pela esterilização para evitar novas situações de abandono e sofrimento animal. Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Antônio César Picirilo, que inicialmente comentou a manifestação realizada anteriormente pela vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade acerca da causa animal. O parlamentar afirmou que as palavras da vereadora despertavam emoção e preocupação diante da grave situação enfrentada pelos animais abandonados e vítimas de maus-tratos no município. Ressaltou que muitas vezes a sociedade acaba “lavando as mãos” diante da questão animal, deixando de assumir responsabilidade sobre o problema. O vereador dirigiu-se diretamente à vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade, pedindo que ela não desistisse da luta em defesa dos animais. Destacou que os animais necessitam muito do trabalho desenvolvido pelos protetores e, principalmente, daqueles que estão diariamente à frente dessa missão. Antônio César Picirilo afirmou que a população precisa compreender cada vez mais a importância dessa causa para que seja possível amenizar, ao menos em parte, a grave situação dos cães e demais animais abandonados em São Sebastião do Paraíso. Na sequência, o parlamentar agradeceu ao presidente da Câmara Municipal e a todos os servidores envolvidos na realização do evento do Parlamento Jovem ocorrido nas dependências da UFLA/UEMG. Destacou que aproximadamente seiscentas pessoas participaram do encontro, ressaltando ainda que muitos jovens vêm demonstrando interesse crescente pela participação política e pela discussão dos problemas sociais da sociedade. Antônio César Picirilo afirmou que a política é um ambiente complexo, difícil e muitas vezes incompreendido pela população, mas ressaltou ser extremamente importante a participação da juventude na vida pública para construção de um futuro político melhor, mais comprometido e mais sensível às questões sociais. Aproveitou ainda para novamente incentivar a vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade e todos os envolvidos na proteção animal a continuarem firmes na missão em defesa dos animais, que muitas vezes não possuem quem os

defenda. Prosseguindo, o vereador passou a comentar as missões religiosas que vêm sendo realizadas na cidade nos últimos meses, especialmente os trabalhos ligados à Paróquia Nossa Senhora de Sion. Antônio César Picirilo afirmou que muitas vezes acontecimentos tão importantes acabam passando despercebidos pela população, inclusive por pessoas que frequentam igrejas e pregam a palavra de Deus, mas que nem sempre valorizam devidamente esse tipo de evangelização. O parlamentar destacou o trabalho desenvolvido por missionários que percorrem bairros e periferias levando mensagens religiosas, fé e esperança para famílias e pessoas muitas vezes afastadas da igreja e da religiosidade. Ressaltou que ainda existem pessoas que jamais ouviram falar sobre Jesus Cristo ou sobre Deus, situação que classificou como impressionante em pleno século XXI. Antônio César Picirilo afirmou que o trabalho missionário possui importância fundamental na formação moral, espiritual e humana da sociedade, atingindo crianças, jovens, adultos e idosos. Comentou inclusive que muitas pessoas idosas sequer conhecem orações básicas ou práticas religiosas elementares, o que demonstra, segundo ele, a necessidade constante de evangelização e transmissão da fé. O vereador ressaltou que há mais de dois mil anos homens e mulheres anunciam a palavra de Deus, pregando aquilo que chamou de “Deus único”, independente da denominação religiosa. Defendeu que o mais importante é anunciar Jesus Cristo e levar a mensagem religiosa às pessoas. Também afirmou perceber certa falta de engajamento até mesmo dentro das próprias igrejas em relação aos trabalhos missionários e evangelizadores. Antônio César Picirilo afirmou que é necessário continuar anunciando e pregando a palavra de Deus para que as futuras gerações não cresçam afastadas da espiritualidade e da fé. Destacou a importância do trabalho realizado pela Paróquia Nossa Senhora de Sion e elogiou o padre Sérgio, a quem classificou como sacerdote “arrojado”, dedicado dia e noite à condução da palavra de Deus e ao direcionamento espiritual da comunidade. O parlamentar também recordou as antigas missões redentoristas realizadas em São Sebastião do Paraíso, relatando que tais experiências marcaram profundamente sua vida pessoal e espiritual. Contou que desde jovem participava de procissões, vias-sacras e atividades religiosas conduzidas pelos missionários redentoristas, atribuindo a esses acontecimentos boa parte da formação religiosa que carrega até os dias atuais. Em tom emocionado, Antônio César Picirilo lembrou episódio de sua infância envolvendo o Monsenhor Mancini. Relatou que costumava ir à missa acompanhado dos avós, saindo da Vila Helena em direção à igreja matriz, e que sempre gostava de se sentar próximo ao altar para ouvir melhor os ensinamentos religiosos. Segundo contou, certa vez o Monsenhor Mancini o convidou para participar de curso religioso em Guaxupé. O vereador afirmou que inicialmente recusou o convite por não possuir condições financeiras de participar, relatando inclusive as dificuldades materiais enfrentadas naquela época, quando possuía apenas um único conjunto de roupas simples utilizado para estudar, passear e frequentar a missa. Contudo, segundo relatou, o Monsenhor Mancini ofereceu-se para custear integralmente sua participação no curso religioso, gesto que afirmou jamais ter esquecido ao longo da vida. Antônio César Picirilo afirmou que aquele episódio marcou profundamente sua trajetória pessoal e espiritual, razão pela qual nunca teve vergonha ou receio de falar sobre Deus, Jesus Cristo, Maria e os santos. Ressaltou que os santos não devem ser vistos apenas como imagens ou figuras distantes, mas como homens e mulheres que viveram na Terra deixando exemplos positivos de vida, fé e dedicação ao próximo. O parlamentar afirmou ainda que existem “santos” espalhados em todos os lugares, inclusive nos bairros mais simples, nas comunidades carentes, nas periferias e até mesmo dentro da política. Declarou acreditar que ainda existem pessoas honestas e comprometidas na vida pública tentando contribuir para melhorar o mundo e ajudar a sociedade. Encerrando sua manifestação, Antônio César Picirilo pediu desculpas por utilizar a tribuna para falar de maneira tão enfática sobre religião e fé, afirmando, contudo, que faz isso porque ama profundamente a Deus e busca diariamente tornar-se uma pessoa melhor. Ressaltou que ainda não se considera santo, mas afirmou continuar tentando evoluir espiritualmente todos os dias. Por fim, agradeceu à Paróquia Nossa Senhora de Sion, ao padre Sérgio, aos missionários e a todos aqueles que participaram das missões religiosas no município, inclusive as pessoas que estão iniciando seu processo de conversão religiosa. Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Luiz Benedito de Paula, que inicialmente cumprimentou o presidente

da Câmara Municipal, Lisandro José Monteiro, antecipando votos de felicitações em razão de seu aniversário que seria comemorado no dia seguinte. O parlamentar desejou ao presidente muitos anos de vida, saúde, paz, realizações pessoais e profissionais, ressaltando o importante trabalho desempenhado por Lisandro José Monteiro junto ao Poder Legislativo Municipal e à população de São Sebastião do Paraíso. Na sequência, Luiz Benedito de Paula passou a agradecer ao prefeito Marcelo de Moraes, ao vice-prefeito, aos secretários municipais e aos servidores públicos pelos serviços prestados à população tanto na zona urbana quanto na zona rural do município. O vereador afirmou que diversas obras e melhorias vêm sendo executadas simultaneamente em São Sebastião do Paraíso, demonstrando comprometimento da administração municipal com o desenvolvimento da cidade. O parlamentar destacou especificamente as obras de recapeamento realizadas no bairro Jardim das Paineiras, bem como a construção de galerias de águas pluviais naquela região. Também mencionou intervenções realizadas na Lagoa do Azulville, melhorias na Unidade de Saúde da Família do bairro São Genaro, novas sinalizações de trânsito implantadas no município e a conclusão da área de lazer do bairro São Genaro. Luiz Benedito de Paula ressaltou ainda que a área de lazer de São Genaro recebeu rampa de acessibilidade destinada aos cadeirantes, afirmando ter considerado muito positiva a preocupação da administração municipal com inclusão e acessibilidade. O vereador também citou a conclusão do campo de futebol do bairro Morumbi e outras obras relevantes em andamento em diferentes regiões da cidade. Prosseguindo, o parlamentar mencionou melhorias realizadas na movimentação viária da rua localizada após a ponte do bairro São Sebastião, sentido Avenida Vereador Alfredo Campolongo, além da reforma dos bancos da praça da Igreja Matriz. Destacou ainda os avanços observados nas áreas de educação e saúde pública do município, afirmando que São Sebastião do Paraíso atualmente se encontra à frente de muitos outros municípios mineiros em diversos indicadores administrativos. O vereador também ressaltou o reconhecimento recente de São Sebastião do Paraíso como cidade mais segura de Minas Gerais e uma das mais seguras do Brasil. Segundo afirmou, a segurança pública representa fator fundamental para proporcionar qualidade de vida não apenas aos moradores, mas também aos visitantes que frequentam o município. Na sequência, Luiz Benedito de Paula comentou brevemente sobre a realização do III Festival da Cidadania do Parlamento Jovem, ocorrido no dia 20 de maio nas dependências da UFLA/UEMG. O vereador parabenizou os servidores da Câmara Municipal envolvidos na organização do evento, mencionando nominalmente Jean, Sônia, Noriene e demais colaboradores que atuaram no atendimento de aproximadamente seiscentos estudantes vindos de dezenove municípios da região. O parlamentar destacou a importância do Parlamento Jovem na formação política e cidadã da juventude, afirmando que iniciativas dessa natureza contribuem para formação de futuros eleitores conscientes e também de futuros representantes políticos nas esferas municipal, estadual e federal. Ressaltou ainda o empenho dos vereadores e servidores envolvidos na realização do encontro, classificando o evento como maravilhoso e extremamente importante para a formação democrática dos jovens participantes. Prosseguindo sua manifestação, Luiz Benedito de Paula apresentou moção de congratulações ao peão de rodeio Marlon Paulino Caetano, natural de São Sebastião do Paraíso, pela conquista do título de campeão do rodeio em touros realizado na cidade de São Pedro da União, nos dias 22, 23 e 24 de maio de 2026. O vereador informou que Marlon Paulino Caetano competiu contra vinte e nove peões durante o evento, tornando-se campeão após permanecer montado nos quatro touros que enfrentou, obtendo pontuação total de 342 pontos, com média de 85,5 pontos. Destacou que o atleta integra atualmente a Liga Nacional de Rodeios e vem representando com destaque São Sebastião do Paraíso nas competições regionais e nacionais. Luiz Benedito de Paula explicou ainda que o deputado federal Emidinho Madeira possui importante atuação de incentivo ao rodeio sul-mineiro e que, através de parceria firmada com a Liga Nacional de Rodeios, os campeões das etapas regionais passaram a conquistar oportunidade de participação no tradicional Rodeio de Barretos, considerado o maior rodeio do país. O vereador ressaltou que, em razão do título conquistado em São Pedro da União, Marlon Paulino Caetano garantiu vaga para competir em Barretos ainda naquele ano, classificando a conquista como realização do sonho de muitos peões brasileiros. Também destacou a trajetória de superação do atleta, relatando que

Marlon sofreu grave corte na mão, precisou passar por cirurgia, recuperou-se fisicamente e retornou às competições conquistando o título de campeão logo em seguida. Encerrando sua manifestação, Luiz Benedito de Paula parabenizou novamente Marlon Paulino Caetano pela conquista, destacando suas origens no bairro rural Figueira e afirmando que o atleta representa São Sebastião do Paraíso com profissionalismo, dedicação e garra. O vereador desejou sucesso ao peão na participação futura no Rodeio de Barretos e afirmou acreditar que, com a graça de Deus, Marlon poderá futuramente conquistar ainda mais espaço no cenário nacional e até internacional do rodeio, inclusive com possibilidade de competir nos Estados Unidos. Por fim, enviou abraço ao atleta e desejou que Deus o abençoasse sempre. Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Roney Valdemar de Oliveira Vilaça, que inicialmente informou ter realizado visita ao senhor Raimundo, conhecido popularmente como “Seu Raimundo”, responsável há muitos anos pelos serviços de limpeza e manutenção das lagoas localizadas na região do bairro São Genaro. O parlamentar destacou inclusive que o senhor Raimundo já recebeu título de cidadão honorário paraisense em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município. Durante a visita, o vereador relatou ter conversado com o senhor Raimundo acerca de diversas demandas apresentadas por moradores da região das lagoas, especialmente relacionadas ao descarte irregular de lixo doméstico nas proximidades do local onde é realizado o recolhimento do mato, aguapés e demais resíduos retirados das represas durante os trabalhos periódicos de limpeza. Roney Valdemar de Oliveira Vilaça explicou que, enquanto o material retirado das lagoas permanece temporariamente depositado no local aguardando recolhimento definitivo pela Prefeitura Municipal, algumas pessoas acabam aproveitando a situação para realizar descarte irregular de lixo doméstico, entulho e até móveis velhos junto aos montes de vegetação acumulados. Segundo afirmou, essa prática vem gerando diversos transtornos ambientais e sanitários na região. O vereador destacou que o acúmulo irregular de resíduos acaba provocando aparecimento de insetos, animais e outros problemas de saúde pública, além de gerar retrabalho ao senhor Raimundo, uma vez que parte do lixo acaba retornando para dentro das represas em períodos de chuva ou vento forte. Ressaltou ainda que o trabalho de manutenção realizado pelo servidor é extremamente importante para preservação ambiental e conservação das lagoas da cidade. Diante da situação, Roney Valdemar de Oliveira Vilaça informou ter assumido compromisso com o senhor Raimundo de apresentar indicação ao Poder Executivo sugerindo a instalação de lixeiras em pontos estratégicos ao redor das duas represas, bem como a realização de recolhimento periódico semanal dos resíduos acumulados no local. Segundo afirmou, a medida poderia reduzir significativamente o acúmulo de lixo e minimizar os problemas enfrentados atualmente naquela região. O parlamentar lamentou ainda a falta de conscientização de parte da população em relação ao descarte irregular de resíduos, mencionando inclusive casos em que pessoas chegaram a abandonar guarda-roupas e outros móveis sobre os montes de vegetação retirados das lagoas. Ressaltou que já existe legislação municipal aprovada pela Câmara prevendo punições para descarte irregular de lixo e entulho, embora reconheça as dificuldades enfrentadas pelo município na fiscalização desse tipo de infração. O vereador afirmou que, além da atuação fiscalizatória do Poder Público, é fundamental que haja conscientização coletiva da população sobre a necessidade de preservação ambiental e manutenção da limpeza urbana, apelando para que os munícipes colaborem com o correto descarte dos resíduos. Na sequência, Roney Valdemar de Oliveira Vilaça passou a tratar de tema relacionado à denominação de ruas e bens públicos municipais. Informou que já havia conversado previamente com o presidente da Câmara, Lisandro José Monteiro, e também com o vereador Luiz Benedito de Paula acerca da necessidade de realização de levantamento detalhado dos projetos de denominação de ruas já aprovados pela Câmara Municipal, mas que ainda não foram efetivamente utilizados pelo Poder Executivo. O parlamentar explicou que tinha conhecimento de que a Comissão de Finanças já havia encaminhado ofício solicitando informações sobre a quantidade de nomes de ruas aprovados e ainda pendentes de utilização. Contudo, esclareceu que seu pedido possuía objetivo mais específico, pois pretendia obter a relação nominal completa dessas homenagens pendentes para que posteriormente fosse possível realizar levantamento cronológico dos projetos mais antigos até os mais recentes. Segundo o vereador, a intenção é mensurar o

real passivo existente atualmente de projetos aprovados pela Câmara Municipal que ainda não se tornaram efetivos na prática. Roney Valdemar de Oliveira Vilaça afirmou que não considera adequado aprovar projetos meramente simbólicos que acabam permanecendo indefinidamente sem aplicação concreta. Relatou que frequentemente familiares de homenageados procuram os vereadores acreditando que o nome aprovado já foi efetivamente atribuído a determinada rua, solicitando inclusive informações sobre localização para realização de fotografias e visitas ao local. O parlamentar afirmou que muitas vezes os próprios vereadores não conseguem informar aos familiares quando ou onde a homenagem será efetivamente aplicada, justamente em razão da ausência de controle mais organizado sobre os nomes pendentes. Diante disso, defendeu a necessidade de modernização do procedimento de denominação de ruas no município. Prosseguindo, Roney Valdemar de Oliveira Vilaça explicou que pretende estudar modelos adotados por outros municípios da região onde a Câmara Municipal possui competência para definir diretamente a nomenclatura específica das ruas já no momento da aprovação dos novos loteamentos. O vereador detalhou que, em algumas cidades, os loteadores são obrigados a apresentar previamente mapa numerado das futuras ruas do empreendimento, permitindo que a Câmara já aprove projetos vinculando cada homenageado a uma rua específica do loteamento. Segundo afirmou, esse sistema evita a formação de listas indefinidas de nomes aguardando futura utilização pelo Poder Executivo, tornando mais eficiente e concreta a atuação legislativa relacionada às homenagens públicas. Ressaltou que o primeiro passo para eventual mudança legislativa será justamente o levantamento completo dos projetos já aprovados e ainda não utilizados. O vereador informou ainda que pretende futuramente apresentar esboço de proposta legislativa aos demais parlamentares para discussão conjunta da matéria, buscando tornar mais eficaz o exercício da competência da Câmara Municipal na denominação de bens públicos e logradouros municipais. Encerrando sua manifestação, agradeceu a atenção de todos os presentes e desejou boa noite à população paraense. Antes do encerramento da sessão, fez uso da palavra o presidente Lisandro José Monteiro, que inicialmente voltou a agradecer publicamente todos os servidores da Câmara Municipal envolvidos na realização do III Festival da Cidadania do Parlamento Jovem. O presidente mencionou nominalmente os servidores Noriene, Sônia, Jian e toda a equipe da Casa Legislativa que esteve presente na organização do evento, destacando o sucesso alcançado pela iniciativa e o comprometimento demonstrado por todos os envolvidos. O presidente afirmou que já tinha convicção de que a equipe conseguiria realizar o evento com excelência, ressaltando que todos “deram conta do recado” de maneira exemplar. Recordou inclusive que, durante o festival, fez questão de elogiar publicamente os servidores responsáveis pela organização, afirmando que o trabalho desenvolvido foi bonito, eficiente e digno de reconhecimento por toda a Câmara Municipal e pela população de São Sebastião do Paraíso. Lisandro José Monteiro destacou especialmente o empenho dos servidores Sônia e Jian, afirmando que acompanhou de perto todo o esforço realizado ao longo da preparação do festival. Ressaltou também o trabalho desempenhado pela servidora Noriene, relatando que ela chegou a permanecer trabalhando durante madrugadas inteiras para garantir que tudo estivesse pronto dentro do prazo necessário para o evento acontecer com sucesso. Comentou ainda que até mesmo familiares dos servidores acabaram ajudando voluntariamente nos preparativos, mencionando que a mãe da servidora Noriene colaborou diretamente nos trabalhos para auxiliar a equipe da Câmara Municipal. O presidente afirmou que o III Festival da Cidadania foi resultado de praticamente um ano inteiro de planejamento, reuniões e organização, ressaltando que o trabalho relacionado ao Parlamento Jovem continua mesmo após a realização do evento principal. Segundo explicou, a equipe já estaria novamente mobilizada para continuidade das atividades na quarta-feira seguinte, demonstrando que o projeto exige dedicação permanente dos servidores envolvidos. Em tom descontraído, Lisandro José Monteiro reconheceu que muitos servidores já se encontravam cansados em razão da intensidade da rotina de trabalho, mas afirmou que todos precisam continuar firmes e motivados, inclusive já pensando nas futuras edições do festival para o próximo ano. O presidente incentivou ainda a participação de mais pessoas nas ações do Parlamento Jovem e demais atividades da Câmara Municipal, defendendo a união de esforços para fortalecimento da

cidadania e da participação política dos jovens. Na sequência, o presidente agradeceu também ao Poder Executivo Municipal pelo apoio prestado à realização do evento, destacando especialmente a disponibilização de ambulância para suporte durante as atividades do festival. Agradeceu ainda à COPASA pelo apoio oferecido e à Polícia Militar pela parceria na organização e segurança do encontro. Lisandro José Monteiro ressaltou também a importante parceria estabelecida entre a Câmara Municipal e a UFLA/UEMG para realização do III Festival da Cidadania. Agradeceu à instituição universitária pela cessão do espaço físico e de toda a estrutura necessária para receber aproximadamente seiscentos estudantes e representantes de dezenove municípios participantes do evento regional. Encerrando sua manifestação, o presidente mencionou fala do professor Leonilson, reitor da UFLA/UEMG, destacando que a universidade permanece de portas abertas para a população e para realização de palestras, oficinas, cursos e demais atividades voltadas à comunidade. Lisandro José Monteiro afirmou que a universidade deve ser compreendida como patrimônio público acessível ao povo, ressaltando a importância da aproximação entre o ambiente acadêmico e a sociedade para fortalecimento da cidadania, da educação e da participação popular. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, Fábio Monitório Souto, Assessor Técnico Parlamentar I, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores que compareceram à presente sessão e encaminhada para publicação.

VER LISANDRO JOSÉ MONTEIRO

PRESIDENTE

VER. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS

VER. LUIZ BENEDITO DE PAULA

VICE-PRESIDENTE

SECRETÁRIO

VER. JULIANO CARLOS REIS

VER. MARCOS ANTÔNIO VITORINO

2º VICE-PRESIDENTE

2º SECRETÁRIO

VER. VER. ANTÔNIO CÉSAR PICIRILO

VERª. DAIANE JESUS DE OLIVEIRA ANDRADE

VER. LAIS PIMENTA DE CARVALHO SACODA

VER. RONEY VALDEMAR DE OLIVEIRA VILAÇA

VER. TOMAS SALVIANO MARTINS MARTINS

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO NO ANO DE 2026, DA 39ª CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2026, às quinze horas, na Sala de reuniões da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, MG, sob a presidência do vereador Juliano Carlos Reis e com a presença da vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, membro desta comissão, realizou-se a 16ª reunião da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação do ano de 2026, registrando-se a ausência da vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda. Em ata, fica registrado que os servidores técnicos desta Casa têm como prerrogativa acompanhar a reunião, emitir pareceres e opiniões quando solicitado, porém ressalta-se que tais manifestações não são vinculativas. Ademais, enfatiza-se que os vereadores membros desta comissão, tal como previsto no Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa, são os responsáveis exclusivamente por qualquer ato praticado pela

13

Comissão. O Presidente da Comissão, vereador Juliano Carlos Reis, deu boas-vindas aos presentes e iniciou-se a deliberação dos projetos constantes na pauta.

- **PROJETOS LIBERADOS PARA TRAMITAÇÃO:**

Projeto de Lei nº 5827: “autoriza a formalização de convênio entre o Município de São Sebastião do Paraíso e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais - ARISMIG”. Autor: Executivo Municipal. Início: 03/03/2026. 09/03/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 07/04/2026 - Anexado parecer jurídico. 10/04/2026 - Ofício da CFJL ao Executivo solicitando informações e documentos. 18/05/2026 - Ofício do Executivo em resposta à CFJL. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Lei nº 5865: “dispõe sobre ações de conscientização, prevenção e orientação à população acerca do hantavírus no âmbito do Município, sem geração de novas despesas ao erário”. Autor: Ver. Antonio Cesar Picirilo. Início: 14/05/2026. 19/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 26/05/2026 - Anexado parecer jurídico. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Lei nº 5867: “denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua José Aureliano Santos Coimbra”. Autor: Ver. Paulo Cesar de Souza. Início: 19/05/2026. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

- **PROJETOS EM DELIBERAÇÃO:**

Projeto de Lei nº 5860: “altera e inclui dispositivos na Lei Municipal nº 4.778/21, a fim de ampliar a disciplina sobre conservação e limpeza de terrenos no Município de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências”. Autor: Ver. Juliano Carlos Reis. Início: 12/05/2026. 26/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei Complementar nº 104: “altera o art. 119 da Lei Complementar nº 41, de 21 de novembro de 2012, que dispõe sobre o novo regime jurídico único dos servidores públicos do Município de São Sebastião do Paraíso, das autarquias e das fundações municipais”. Autor: Executivo Municipal. Início: 10/04/2026. 13/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 28/04/2026 - Reunião da CFJL com o Sindicato, quando foi protocolado Ofício com sugestão de emendas. 05/05/2026 - Ofício da CFJL ao Executivo encaminhando sugestões do sindicato e solicitando manifestação, conforme sugestão da Assessoria Jurídica. 25/05/2026 - Ofício do Executivo em resposta à CFJL. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5595: “revoga "in totum" a Lei Municipal nº 4229, de 20 de agosto de 2015, que autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de área à Espumaju Indústria e Com. de Travesseiros Soc. Ltda”. Autor: Executivo Municipal. Histórico mantido pela Comissão. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5839: “autoriza e estabelece diretrizes para que o Município ofereça cursos de formação, atualização, qualificação, capacitação ou aperfeiçoamento funcional aos servidores públicos municipais para fins de promoção e progressão na carreira, e dá outras providências”. Autor: Ver. Daiane Jesus de Oliveira Andrade. Início: 01/04/2026. 06/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 13/05/2026 - A Assessoria Jurídica orientou a autora, extraoficialmente, pela retirada de pauta do projeto, tendo em vista a sua inconstitucionalidade. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5849: “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2027 e dá outras providências”. Autor: Executivo Municipal. Início: 15/04/2026. 28/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 28/04/2026 - Encaminhado para parecer contábil (Elizangela). 11/05/2026 - Anexado parecer jurídico. 25/05/2026 - Anexado parecer contábil. 26/05/2026 - Solicitado envio de ofício ao Executivo Municipal conforme recomendação do parecer contábil da Câmara Municipal. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5852: “autoriza a criação e instituição do Programa Municipal de Doação de Bolsa Maternidade Solidária às mães em situação de vulnerabilidade social no âmbito do Município de São Sebastião do Paraíso/MG”. Autor: Ver. Laís Pimenta de Carvalho Sacoda. Início: 22/04/2026. 28/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 13/05/2026 - A Assessoria Jurídica orientou a autora, extraoficialmente, pela retirada de pauta do projeto, tendo em vista a sua inconstitucionalidade. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5854: “altera o Anexo II da Lei Municipal nº 3.777, de 06 de julho de 2011, que aprova o vencimento dos servidores ocupantes dos cargos efetivos e dos cargos em comissão da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG”. Autor: Ver. Lisandro Jose Monteiro. Início: 29/04/2026. 05/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5861: “estabelece diretrizes para o atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia no âmbito do Município de São Sebastião do Paraíso”. Autor: Ver. Daiane Jesus de Oliveira Andrade. Início: 12/05/2026. 19/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 26/05/2026 - Anexado parecer jurídico. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5864: “altera a Lei Municipal nº 4.531/18, a fim de estender o benefício do 'Passe Livre' aos alunos devidamente matriculados em projetos esportivos municipais e dá outras providências”. Autor: Ver. Tomás Salviano Martins. Início: 13/05/2026. 19/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5866: “altera a Lei Municipal nº 702, de 30 de novembro de 1966, que institui o Código de Posturas do Município de São Sebastião do Paraíso, para dispor sobre a conservação e a manutenção de lotes não edificadas situados em loteamentos em fase de implantação, comercialização ou consolidação urbana, e dá outras providências”. Autor: Ver. Juliano Carlos Reis. Início: 15/05/2026. 19/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 25: “dispõe sobre a reformulação da Lei Orgânica Municipal”. Autor: Vereadores diversos. Histórico mantido pela Comissão. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Resolução nº 1235: “dispõe sobre a criação, no âmbito da Procuradoria Especial de Proteção da Criança e do Adolescente, do Programa Legislativo de Educação Digital e Prevenção à Adulterização Precoce e à Sexualização Infantil, institui o Fórum Legislativo de Educação Digital e Proteção da Infância, e dá outras providências”. Autor: Ver. Roney Waldemar de Oliveira Vilaça. Histórico mantido pela Comissão. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos Vereadores membros da comissão presentes na reunião.

VER. JULIANO CARLOS REIS

Presidente da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação

VER^a. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS

Membro

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PROJETO DE LEI Nº 5.858, QUE "AUTORIZA A CONCESSÃO DE REPASSE FINANCEIRO ÀS CAIXAS ESCOLARES E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões Presidente Tancredo Neves, situada na Avenida Dr. José de Oliveira Brandão Filho, nº 445, em São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, sob a presidência do Vereador Lisandro José Monteiro, com a vice-presidência da Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos e a secretaria do Vereador Luiz Benedito de Paula, estando presentes os Vereadores Antônio César Picirilo, Juliano Carlos Reis, Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, Marcos Antônio Vitorino, Roney Waldemar de Oliveira Vilaça e Tomás Salviano Martins, realizou-se Audiência Pública destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 5.858, de autoria do Executivo Municipal, que "Autoriza a concessão de repasse financeiro às Caixas Escolares e abertura de crédito adicional suplementar à dotação do Orçamento-Programa do Município de São

Sebastião do Paraíso para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências." . Registrou-se a presença do Secretário Municipal de Educação e de servidores da rede municipal de ensino, conforme lista de presença anexa. O Presidente declarou aberta a audiência pública, destacando tratar-se de reunião aberta à comunidade, destinada à participação popular e à prestação de esclarecimentos por agentes públicos. Informou que sua realização atende ao disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que assegura a transparência da gestão fiscal e a participação popular nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento e orçamento público, bem como às diretrizes da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), especialmente no que se refere à gestão orçamentária participativa. Na sequência, esclareceu que a proposição autoriza a concessão de repasses financeiros às Caixas Escolares das unidades municipais de ensino no valor de R\$ 3.909.000,00 (três milhões, novecentos e nove mil reais), bem como a abertura de crédito adicional suplementar ao Orçamento-Programa do Município para o exercício financeiro de 2026, até o montante de R\$ 3.109.000,00 (três milhões, cento e nove mil reais). Informou que, conforme justificativa encaminhada pelo Executivo Municipal, a medida visa viabilizar a execução do Programa Municipal de Repasse Direto de Recursos Financeiros às Caixas Escolares, promovendo a descentralização da gestão dos recursos destinados às unidades da rede municipal de ensino. Ressaltou que a iniciativa busca proporcionar maior autonomia, agilidade e eficiência às escolas no atendimento das demandas relacionadas à manutenção, custeio, funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica. Registrou, ainda, que os valores destinados a cada Caixa Escolar foram definidos com base em levantamento realizado junto aos gestores das unidades de ensino, considerando as necessidades específicas de cada estabelecimento. Esclareceu que a Caixa Escolar do CMEI Márcio Aurélio de Carvalho ainda não possui inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), em razão de a unidade encontrar-se em processo de constituição formal, motivo pelo qual o respectivo repasse ficará condicionado à sua regularização documental junto à Secretaria Municipal de Educação. Por fim, destacou que, segundo o Executivo Municipal, a proposta contribuirá para o fortalecimento da gestão escolar, para a ampliação da participação da comunidade escolar e para a melhoria da qualidade da educação pública municipal. O Presidente concedeu a palavra ao Vereador Juliano Carlos Reis, Presidente da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. O Vereador destacou a importância do projeto para o fortalecimento da educação municipal, ressaltando que os recursos previstos proporcionarão maior autonomia às unidades escolares. Informou, ainda, que a Comissão analisou a matéria e não identificou impedimentos à sua aprovação, manifestando-se favoravelmente à proposição. Pela ordem, fez uso da palavra a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, que destacou a importância do Projeto de Lei nº 5.858 para a continuidade dos investimentos na educação municipal e dos benefícios proporcionados pelo programa de repasse às Caixas Escolares, especialmente quanto à autonomia conferida às unidades de ensino. Ressaltou os avanços alcançados pela rede municipal desde a implantação da iniciativa e defendeu sua continuidade nas futuras administrações. Por fim, solicitou que representantes da Secretaria Municipal de Educação e gestores escolares relatassem suas experiências acerca dos resultados obtidos com a implementação do programa. Na sequência, o Presidente solicitou a leitura do Ofício nº 106/2026, encaminhado pelo Prefeito Municipal, por meio do qual foi requerida a substituição do Projeto de Lei nº 5.858/2026. Conforme informado, a alteração visa corrigir o valor destinado à Unidade Executora Morro Vermelho, passando a constar o montante de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais), permanecendo inalteradas as demais disposições, justificativas e objetivos da proposição. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Secretário Municipal de Educação, Sr. Lucas Cândido de Oliveira, que destacou a importância da política de repasse de recursos às Caixas Escolares, instituída em 2021, ressaltando tratar-se de iniciativa pioneira na região. Informou que a medida promove a descentralização da gestão dos recursos e amplia a participação da comunidade escolar na definição das prioridades de cada unidade de ensino, proporcionando maior autonomia, agilidade e eficiência na execução de melhorias e no atendimento das demandas escolares. Ressaltou os resultados positivos alcançados desde a implantação do programa, bem como seu impacto na melhoria da infraestrutura e das condições de funcionamento das

escolas municipais. Destacou, ainda, que a política contribui para o fortalecimento da economia local por meio da contratação de fornecedores e prestadores de serviços do Município. Por fim, afirmou que os benefícios da iniciativa são percebidos diretamente pela comunidade escolar e convidou os gestores das unidades de ensino presentes a relatarem suas experiências e os resultados obtidos com a implementação das Caixas Escolares. Em seguida, fez uso da palavra a Sra. Iara Donisete Caparelli, Diretora da Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Dizaró, que destacou os benefícios proporcionados pelo Programa, ressaltando a maior autonomia conferida às unidades de ensino para atender suas necessidades específicas. Relatou que os recursos possibilitaram a realização de diversas melhorias na infraestrutura escolar, incluindo a instalação de câmeras de segurança, reparos na caixa d'água, adequações elétricas, impermeabilização, cobertura de acesso, aquisição de materiais e reformas em espaços da unidade. Destacou, ainda, que a aplicação dos recursos é realizada de forma planejada e participativa, permitindo maior agilidade no atendimento das demandas da comunidade escolar. Ao final, manifestou apoio à continuidade da iniciativa e ressaltou sua importância para o fortalecimento da educação municipal. Pela ordem, fez uso da palavra o Vereador Tomás Salviano Martins, que destacou os avanços observados na rede municipal de ensino após a implantação das Caixas Escolares, especialmente no que se refere à melhoria da infraestrutura, conservação e manutenção das unidades escolares. Ressaltou que a iniciativa conferiu maior autonomia aos gestores para atender às necessidades específicas de cada escola, contribuindo para a qualificação do ambiente educacional. Ao final, parabenizou os gestores e profissionais da educação pelos resultados alcançados e defendeu a continuidade da política pública. Na sequência, fez uso da palavra a Sra. Kellen Cristina Silva Oliveira, da Escola Municipal Interventor Noraldino Lima, que destacou os avanços proporcionados pela implantação das Caixas Escolares e a maior autonomia conferida às unidades de ensino para atender suas necessidades específicas. Ressaltou que, embora a gestão dos recursos exija responsabilidade e prestação de contas, a iniciativa permite melhor planejamento e aplicação dos investimentos de acordo com as demandas identificadas pela comunidade escolar. Destacou, ainda, a importância dos recursos para a aquisição de materiais, equipamentos e melhorias necessárias ao funcionamento das escolas, agradecendo o apoio do Poder Legislativo à educação municipal e manifestando-se favoravelmente à continuidade do programa. Prosseguindo, fez uso da palavra a Sra. Angelita Maria Oliveira, gestora do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Messias Alves Luiz Cerize, que relatou as melhorias promovidas na unidade após a implantação do Programa de Repasse Direto de Recursos às Caixas Escolares. Destacou que os investimentos realizados possibilitaram melhor aproveitamento dos espaços e significativas melhorias na infraestrutura da escola, proporcionando mais conforto, segurança e qualidade no atendimento às crianças. Ressaltou que a autonomia conferida às unidades escolares tem permitido atender de forma mais eficiente às suas necessidades específicas, observados os procedimentos de planejamento e prestação de contas. Por fim, afirmou que os recursos recebidos foram fundamentais para transformar o ambiente escolar, tornando-o mais adequado ao desenvolvimento das atividades educacionais. Com a palavra, a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos agradeceu os relatos apresentados pelas gestoras escolares e destacou a importância do Programa de Repasse Direto de Recursos às Caixas Escolares para a educação municipal. Ressaltou que a iniciativa proporcionou maior autonomia às unidades de ensino, permitindo atendimento mais ágil e eficiente às suas necessidades. Destacou, ainda, os avanços alcançados pela rede municipal desde a implantação da política pública e parabenizou o Poder Executivo, a Secretaria Municipal de Educação e os gestores escolares pelos resultados obtidos. Por fim, defendeu a continuidade do programa nas futuras administrações municipais. Pela ordem, fez uso da palavra o Vereador Roney Waldemar de Oliveira Vilaça, que destacou a importância dos relatos apresentados pelas gestoras escolares para demonstrar os resultados alcançados pelo Programa de Repasse Direto de Recursos às Caixas Escolares. Ressaltou que a iniciativa representou um avanço significativo para a educação municipal, proporcionando maior autonomia às unidades de ensino e melhores condições para o atendimento de suas necessidades. Observou, ainda, que a gestão dos recursos exige planejamento, responsabilidade e prestação de contas

por parte dos gestores escolares, contribuindo para o fortalecimento da administração pública. Por fim, manifestou apoio à aprovação do projeto, parabenizando os profissionais da educação pelo trabalho desenvolvido. Pela ordem, fez uso da palavra o Vereador Luiz Benedito de Paula, que destacou a importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação para a qualidade do ensino municipal. Ressaltou que a implantação do Programa de Repasse Direto de Recursos às Caixas Escolares representou um importante avanço para a rede municipal, proporcionando maior autonomia às unidades de ensino e possibilitando investimentos em infraestrutura, segurança e melhorias nas condições de aprendizagem dos estudantes. Destacou, ainda, os investimentos realizados pelo Município na área da educação, incluindo a construção de escolas e creches e a disponibilização de uniformes escolares. Por fim, manifestou apoio à matéria em discussão, parabenizando o Poder Executivo, a Secretaria Municipal de Educação e os profissionais da área pelos resultados alcançados. Pela ordem, fez uso da palavra a Vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, que destacou sua proximidade com a realidade das unidades municipais de ensino, especialmente dos Centros Municipais de Educação Infantil. Ressaltou a dedicação dos profissionais da educação e a importância da participação da comunidade escolar na definição das prioridades para aplicação dos recursos das Caixas Escolares. Destacou que a política de repasse direto conferiu maior autonomia aos gestores para atender às necessidades específicas de cada unidade de ensino, contribuindo para a melhoria da infraestrutura e das condições de funcionamento das escolas. Por fim, parabenizou os gestores e profissionais da educação pelo trabalho desenvolvido e reafirmou seu apoio à continuidade da iniciativa. Em seguida, o Presidente, Vereador Lisandro José Monteiro, questionou o Secretário Municipal de Educação acerca do valor total a ser repassado às Caixas Escolares, sobre a destinação de eventuais saldos não utilizados ao final do exercício financeiro e sobre as medidas adotadas para solucionar a presença de pombos na Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Dizaró – CAIC. Em resposta, o Secretário Municipal de Educação esclareceu que o valor total destinado às Caixas Escolares corresponde a R\$ 3.909.000,00 (três milhões, novecentos e nove mil reais), sendo necessária a suplementação orçamentária no valor de R\$ 3.109.000,00 (três milhões, cento e nove mil reais), uma vez que parte dos recursos já se encontra prevista em dotação orçamentária específica. Informou, ainda, que os recursos repassados devem ser executados dentro do respectivo exercício financeiro, observadas as normas de controle e prestação de contas, devendo eventuais saldos não utilizados ser devolvidos aos cofres municipais ao final do exercício. Quanto à situação da Escola Municipal Professora Maria de Lourdes Dizaró – CAIC, informou que estão em andamento obras na quadra e no telhado da unidade, as quais também visam minimizar a presença de pombos no local, destacando que outras medidas já foram adotadas anteriormente, porém sem os resultados esperados. Na sequência, o Presidente destacou os avanços alcançados pela educação municipal nos últimos anos, especialmente quanto às melhorias de infraestrutura e às condições de funcionamento das unidades escolares. Ressaltou que diversos problemas estruturais anteriormente existentes foram gradativamente solucionados por meio dos investimentos realizados pelo Poder Executivo e do trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação. Ao final, parabenizou o Secretário Municipal de Educação, os gestores escolares e os demais servidores da rede municipal pelos resultados alcançados, reconhecendo a importância da política de repasse direto às Caixas Escolares para o fortalecimento da educação pública municipal. Pela ordem, fez uso da palavra o Vereador Marcos Antônio Vitorino, que destacou os avanços alcançados pela educação municipal nos últimos anos e reconheceu o trabalho desenvolvido pela Administração Municipal, pela Secretaria Municipal de Educação e pelos profissionais da área. Ressaltou que os relatos apresentados durante a audiência evidenciam as melhorias promovidas nas unidades de ensino por meio dos investimentos realizados e da política de repasse direto de recursos às Caixas Escolares. Por fim, parabenizou todos os envolvidos pelos resultados alcançados em benefício da comunidade escolar. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Tomás Salviano Martins, que parabenizou a Secretaria Municipal de Educação pelos resultados alcançados e destacou os avanços obtidos pela rede municipal de ensino nos últimos anos. Ressaltou o comprometimento da equipe da Secretaria Municipal de Educação e reconheceu o trabalho desenvolvido

pelo Secretário Municipal de Educação na condução das ações da pasta. Por fim, manifestou apoio às iniciativas voltadas ao fortalecimento e à melhoria contínua da educação municipal. Pela ordem, fez uso da palavra o Vereador Juliano Carlos Reis, que parabenizou a Secretaria Municipal de Educação pelos avanços alcançados na rede municipal de ensino. Na oportunidade, questionou o Secretário Municipal de Educação acerca das perspectivas de ampliação da oferta de vagas, especialmente em relação aos impactos da construção da nova unidade escolar no Bairro Alto Paraíso e sua contribuição para o atendimento da demanda educacional do Município. Em resposta, o Secretário Municipal de Educação esclareceu que a construção da nova unidade de educação infantil no Bairro Alto Paraíso contribuirá para a ampliação da oferta de vagas e do atendimento em período integral na rede municipal. Informou que a unidade atenderá uma região da cidade que vem registrando crescimento e expansão habitacional, facilitando o acesso das famílias residentes nas proximidades e reduzindo a necessidade de deslocamento para outras unidades escolares do Município. Ressaltou, ainda, que a ampliação da estrutura física da rede permitirá a reorganização das vagas existentes e a expansão gradual do atendimento às turmas da educação infantil. Por fim, informou que a nova unidade terá porte semelhante ao do Centro Municipal de Educação Infantil Oscar Scavazza, atualmente o maior CMEI da rede municipal de ensino. Destacou, ainda, que os investimentos realizados na qualidade do ensino, na infraestrutura escolar e na ampliação dos serviços oferecidos têm contribuído para o aumento da procura pela rede municipal de ensino. Como exemplo, informou que, em levantamento realizado no ano anterior, estimava-se o atendimento de aproximadamente 5.800 alunos com a distribuição de uniformes escolares. Contudo, em 2026, esse número alcançou cerca de 6.400 estudantes, evidenciando o crescimento das matrículas na rede municipal. Ressaltou que a construção da nova unidade no Bairro Alto Paraíso contribuirá para ampliar a oferta de vagas, especialmente em período integral, informando que a obra já se encontra em execução. Acrescentou, ainda, que a Administração Municipal trabalha no planejamento de outras duas unidades escolares, com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da rede municipal e fortalecer a oferta de vagas para a educação infantil e o ensino em tempo integral. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a Audiência Pública. Para constar, eu, Noriene Aparecida Bueno Fonseca, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores que compareceram à presente Audiência Pública.

Vereador Lisandro José Monteiro Presidente

Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos Vice-Presidente

Vereador Luiz Benedito de Paula Secretário

Vereador Antônio César Picirilo

Vereador Juliano Carlos Reis

Vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda

Vereador Marcos Antônio Vitorino

Vereador Roney Waldemar de Oliveira Vilaça

Vereador Tomás Salviano Martins

TERMO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA QUADRIMESTRAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2026

Foi realizada a AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, REFERENTE AOS DEMONSTRATIVOS DA ÁREA FISCAL E DA SAÚDE DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2026, aos 28 dias do mês de maio de 2026, às 9h, na Sala das Sessões Presidente Tancredo Neves da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho nº 455, Jardim Mediterrâneo, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais. A Audiência foi aberta pelo Presidente da Câmara, vereador Lisandro José Monteiro e teve a participação dos vereadores Maria Aparecida Cerize Ramos, Luiz Benedito de Paula, Marcos Antonio Vitorino, Tomás Salviano Martins e Lais Primenta de Carvalho Sacoda. Estiveram presentes, ainda, o prefeito municipal, Marcelo de Moraes, que apresentou os dados referentes a prestação de contas na área fiscal e o senhor Adriano Lopes de Siqueira, Secretário Municipal de Saúde, que apresentou os dados referentes a prestação de contas na área da saúde. Além desses, estiveram presentes no auditório servidores municipais e munícipes, conforme lista de presença anexa. Foi exibida a apresentação em retroprojeter instalado em plenário e os números demonstrados foram amplamente debatidos entre os presentes, conforme cópia anexa. Nada mais. Termo digitado e lavrado por mim, Paulo Henrique Vilas Boas, Assistente Legislativo III.

LISANDRO JOSÉ MONTEIRO**Presidente****TOMÁS SALVIANO MARTINS****Vereador****MARCOS ANTONIO VITORINO****Vereador****MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS****Vereadora****LAIS PIMENTA DE CARVALHO SACODA****Vereadora****LUIZ BENEDITO DE PAULA****Vereador****PORTARIAS****PORTARIA Nº 016/2026**

21

ALTERA A PORTARIA Nº 012/2026, QUE DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO, O RECEBIMENTO, O CONTROLE E A ANÁLISE DAS DECLARAÇÕES DE BENS, RENDAS E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA DOS AGENTES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO.

O Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, Vereador Lisandro José Monteiro, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 33, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 121 do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 256, de 08 de novembro de 1990),

CONSIDERANDO que o Anexo I da Portaria nº 012/2026 não contempla os elementos necessários à adequada formalização das declarações de bens, rendas e proventos de qualquer natureza exigidas dos agentes públicos da Câmara Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do § 3º do art. 2º da Portaria nº 012/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

"II – declaração patrimonial elaborada e assinada pelo agente público, contendo a descrição dos bens, direitos, rendas e proventos de qualquer natureza de sua titularidade e, quando houver, de seus dependentes."

Art. 2º O § 4º do art. 2º da Portaria nº 012/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Aquele que, até o momento do ingresso, estiver dispensado de apresentar a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física à Receita Federal do Brasil deverá apresentar declaração patrimonial própria, demonstrando a posição patrimonial na data de início do vínculo com o Poder Legislativo, incluindo os bens, direitos, rendas e proventos de qualquer natureza de sua titularidade e, quando houver, de seus dependentes."

Art. 3º Fica revogado o art. 5º da Portaria nº 012/2026.

Art. 4º Fica revogado o Anexo I da Portaria nº 012/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

P. R. C.

São Sebastião do Paraíso/MG, 01 de junho de 2026.

LISANDRO JOSE MONTEIRO

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 017/2026

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG, vereador LISANDRO JOSÉ MONTEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121 do Regimento Interno (Resolução nº 256, de 08 de novembro de 1990), e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a necessidade de promover a nomeação do Coordenador de Controle Interno da Câmara Municipal, nos termos da Resolução nº 1117, de 29 de abril de 2024;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das atividades de controle interno e a regularidade administrativa dos atos da Câmara Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o servidor efetivo MATEUS GONÇALVES PEREIRA para exercer a função de Coordenador de Controle Interno da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, nos termos do art. 19, § 1º, da Resolução nº 1117, de 29 de abril de 2024.

Art. 2º A nomeação de que trata esta Portaria terá vigência pelo prazo de 2 (dois) anos, para o período de 29 de abril de 2026 a 28 de abril de 2028.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 020, de 05 de novembro de 2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de abril de 2026.

P. R. C.

São Sebastião do Paraíso/MG, 01 de junho de 2026.

LISANDRO JOSE MONTEIRO

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÕES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 12/2026 – Inexigibilidade nº 4/2026 – Contratante: Câmara Municipal

de São Sebastião do Paraíso – Contratada: COORDENAÇÃO DE EDIÇÕES TÉCNICAS DA SECRETARIA

DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES DO SENADO FEDERAL, CNPJ nº 00.530.279/0005-49 – Objeto:

Compra de exemplares da coleção "Em Miúdos (Cartilha de Atividades da Constituição em Miúdos,

Constituição em Miúdos I, Constituição em Miúdos II, Código de Defesa do Consumidor em Miúdos, Estatuto da Criança e do Adolescente em Miúdos, Estatuto da Igualdade Racial em Miúdos, Estatuto da Pessoa com Deficiência em Miúdos e Lei Maria da Penha em Miúdos) para distribuição na rede municipal de ensino a fim de colocar em prática a Resolução nº 1102/2023, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021; valor ordinário de R\$4.300,00 (quatro mil e trezentos reais); dotação orçamentária nº 010102001.010310101 4.011.33903200000 - Ficha 41. Autorização e ratificação: Lisandro José Monteiro, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso.

RATIFICAÇÃO

Considerando as informações, pareceres, documentos, e despachos contidos nos autos do processo, RATIFICO a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Assessoria Jurídica dessa Casa para contratar junto à **COORDENAÇÃO DE EDIÇÕES TÉCNICAS DA SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES DO SENADO FEDERAL** – CNPJ: 00.530.279/0005-49, para a compra de exemplares da coleção "Em Miúdos" (Cartilha de Atividades da Constituição em Miúdos, Constituição em Miúdos I, Constituição em Miúdos II, Código de Defesa do Consumidor em Miúdos, Estatuto da Criança e do Adolescente em Miúdos, Estatuto da Igualdade Racial em Miúdos, Estatuto da Pessoa com Deficiência em Miúdos e Lei Maria da Penha em Miúdos) com o objetivo de distribuir na rede municipal de ensino a fim de colocar em prática a Resolução nº 1102/2023. Essa ratificação se fundamenta no caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O valor ordinário do contrato é de R\$4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), que será pago conforme dotação orçamentária específica e categoria econômica: 0102001.0103101014.011.33903200000 - Ficha 41.

Nessa oportunidade, determino a publicação desse ato.

São Sebastião do Paraíso, 2 de junho de 2026.

LISANDRO JOSÉ MONTEIRO

Presidente

